

SEMINÁRIO
ENSINANDO E
APRENDENDO

OPNE NOS CURSOS DE ODONTOLOGIA DA REGIÃO SUL DO BRASIL

BEATRIZ DORNELLES DE FRAGA
MAURÍCIO FERNANDO NUNES TEIXEIRA
ANDREAS RUCKS VARVAKI RADOS

RESUMO

Estima-se que no Brasil, aproximadamente 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência, representando quase 25% da população brasileira. A formação generalista proporcionada pelos cursos de Odontologia e prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais, pode estar sendo falha, já que componentes curriculares como Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE), não constam como obrigatórios nas matrizes curriculares dos cursos. Sendo assim, ao trabalhar na atenção primária em saúde, os egressos podem apresentar dificuldades e sentimento de insegurança, já que atendem, diariamente, pacientes com necessidades especiais (PNE). O objetivo do trabalho consiste em identificar as características dos conteúdos relacionados a essa área, nos cursos da região Sul do Brasil. O artigo em questão trata-se de um estudo do tipo seccional, descritivo e quantitativo, onde foram analisados os componentes curriculares OPNE dos cursos de Odontologia da região Sul do país. Foi consultada a página eletrônica do Ministério da Educação (e-MEC - <http://emec.mec.gov.br>) a fim de obter os nomes e dados dos cursos de Odontologia do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, a partir disto foi feita uma busca pela presença e características do componente curricular de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais nas matrizes curriculares dos cursos que estavam disponíveis. As variáveis independentes foram os cursos e a oferta ou não do componente OPNE na matriz curricular. As variáveis dependentes foram Unidade da Federação, tipo de instituição (pública ou privada), turno do curso (integral ou apenas um turno), carga horária total do curso (até 4000 horas e acima de 4000 horas), obrigatoriedade do componente (obrigatório ou optativo), carga horária (15 a 45 horas, entre 46 e 100 horas, acima de 100 horas) e modalidade do componente (teórico, prático ou teórico e prático). Além disso, foi feita uma revisão da legislação dos estados da região sul comparando se leis específicas interferem na escolha do componente curricular. Como principais resultados obtivemos os dados a seguir: Foram consultados 74 cursos na região Sul, sendo vinte e três no RS, vinte e dois em SC e vinte e nove no PR. No RS, 17,39% apresentavam o componente em sua matriz curricular, enquanto em SC, 36,36% e no PR, 2,59%. Dos 4 cursos do RS que apresentaram o componente, dois eram obrigatórios e um prático, além de um teórico-prático. Em SC dos 8 cursos, oito eram obrigatórios, quatro teóricos e quatro teórico-práticos. Em PR dos 7 cursos, sete eram obrigatórios, seis teóricos e um prático. Concluindo, ao conhecer as características dos cursos da região Sul, novas estratégias podem ser pensadas para a qualificação de uma formação profissional generalista que atenda o perfil exigido pelas diretrizes curriculares e que possam ajudar outras pessoas a conhecer melhor os PcD, para que assim os estudantes, tenham interesse no assunto, e proporcionem cada vez mais, atendimentos de qualidade para os mesmos

Descritores: Pessoas com Necessidades Especiais. Assistência Odontológica para Pessoas com Deficiências. Educação em Odontologia.

TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO NO ENSINO-APRENDIZAGEM REMOTO NA ODONTOLOGIA

LILIANE PARREIRA TANNÚS GONTIJO
CLINTON DOS SANTOS PÊGO
MARISA APARECIDA ELIAS
ANGELO SANTIAGO PIÃO

RESUMO

As medidas de distanciamento social, necessárias para conter a disseminação da COVID-19, geraram grandes alterações no cotidiano das pessoas de todo o mundo. Na esfera educacional, uma das mais afetadas, tais medidas resultaram nas mudanças das atividades de ensino presencial para remoto, esse mediado pela utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), permitindo discentes e docentes se aproximarem do que seria uma sala de aula presencial. O estudo teve como objetivo avaliar as possíveis implicações na aprendizagem dos discentes da graduação em odontologia de uma Universidade Pública, mediante a utilização das TDIC e do aporte metodológico eleito no ensino-aprendizagem remoto. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com suporte da análise temática, promovendo o diálogo com a análise descritiva. Utilizou-se da técnica do Grupo Focal e de um questionário semiestruturado complementar, online. A população do estudo foram 20 estudantes representantes de turma da Faculdade de Odontologia. Responderam ao questionário (n = 11; 55,0%) e por sua vez de um universo de 12 representantes recrutados para o grupo focal participaram (n = 7; 58,3%). A pesquisa foi aprovada pelo Edital Nº 10/2021 de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UFU e pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob Parecer nº 5.106.862. Os resultados demonstraram discentes com perfil sociodemográfico e econômico previsível para ingressantes em universidades públicas, destacando-se: etnia branco/pardo (100%); mulheres (72%); solteiras (90,9%); adulto-jovem, entre 21 a 25 anos de idade (63,6%); residentes com seus pais ou familiares (54,6%); e não responsáveis pelo sustento da família (90,9%). Em relação a estabilidade da conexão à internet, 63,7% julgaram como excelente, muito bom ou bom; e 45,5% dispõem de um plano de internet com velocidade de 100 megabit por segundo (mbps); e 100% têm notebook e celular próprio. Frente aos impactos causados pela utilização das TDIC, durante o ensino remoto, os resultados mostraram sob a perspectiva discente consensos e dissensos. Dentre as fragilidades problemas inerentes ao uso das ferramentas digitais, salientou-se: travamentos, lentidão, quedas de conexão, desatenção, distração e ausência de foco na execução das atividades síncronas e assíncronas. Agregou-se a essa problemática o compartilhamento de atividades no ambiente domiciliar/familiar, falta de contato pessoal, sensação de trabalho onipresente, perda da noção do todo e menor participação em aula síncrona. Em contrapartida, há concordância quanto a viabilização das atividades remotas, por meio dessas tecnologias e o estímulo a apropriação do uso das mesmas nesse contexto. No que diz respeito às implicações da abordagem metodológica eleita pelo professor, há controvérsias e distintas percepções entre os representantes. Assim, representantes iniciantes manifestam-se mais adeptos e receptivos com as metodologias ativas enquanto, que os concluintes seguem demonstrando preferência para as metodologias tradicionais e costumeiras, uma vez que elas, fortalecem um método hegemônico praticado durante o curso e facilita a aprendizagem imediata, sendo reconhecidas pelo pacote de conteúdo pronto e completo preparado pelo professor, enquanto que nos métodos ativos o discente é colocado como protagonista do seu processo de ensino-aprendizagem e corresponsável pela busca do conteúdo, nem sempre compatível com uma carga horária integral do curso de graduação.

Descritores: Educação Superior. Ensino Online. Tecnologia Educacional.

QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO EM ODONTOLOGIA: DIFUSÃO E IMPACTO

CLODOALDO PENHA ANTONIASSI
JOSÉ DE OLIVEIRA SIQUEIRA
PAULO SERGIO PANSE SILVEIRA
RAQUEL SANO SUGA TERADA
LUIZ FERNANDO LOLLI
MITSUE FUJIMAKI

RESUMO

A Política Nacional de Saúde Bucal aponta a necessidade de aprimorar a gestão do cuidado e do trabalho no SUS para garantir atenção à saúde resolutiva e integral à população. Nessa perspectiva, as Universidades têm um importante papel de oportunizar a educação dos profissionais, atendendo as diretrizes do SUS. O objetivo deste trabalho foi avaliar a difusão do processo de qualificação da gestão do SUS em Saúde Bucal no Paraná, bem como os possíveis impactos nas exodontias realizadas no Estado a partir da realização deste curso. Trata-se de um estudo exploratório e ecológico. Analisou-se o processo de difusão do Curso de extensão “Qualificação da Gestão do SUS em Saúde Bucal” em relação às áreas geográficas delimitadas, municípios e regionais de saúde. O Curso de Extensão ofereceu quatro ciclos de capacitação, de 2012 a 2017, realizado pela Universidade Estadual de Maringá, no qual o aluno de um ciclo poderia tornar-se um multiplicador do ciclo seguinte, por adesão voluntária. Durante o Curso, os participantes realizaram o diagnóstico da gestão local e planejamento, apresentaram e implementaram propostas de intervenções que foram descritas no trabalho de conclusão do curso. Para análise estatística, foram elaborados mapas para os municípios e Regionais de Saúde que aderiram e concluíram os 4 ciclos utilizando bancos de dados do Curso e o software QGIS, para a análise da difusão. Análises estatísticas descritiva e inferencial utilizaram R 4.1.0, para comparar diferentes participações no Curso em relação ao indicador odontológico de exodontia. Verificou-se que no primeiro ciclo (2012), todas as 22 Regionais de Saúde (100%) participaram com a adesão dos seus coordenadores regionais de Saúde Bucal. Dos 399 municípios do Paraná, 321 municípios (80%) aderiram ao Curso em pelo menos um ciclo de formação, sendo que 160 municípios (40%) participaram de apenas um ciclo, 148 municípios (37%) de dois ciclos e 13 municípios (4%) de três ciclos. No total, o processo contou com a inscrição voluntária de 1.304 profissionais da saúde (equipe multiprofissional) e 877 participantes de 259 municípios (65%) concluíram o Curso em pelo menos 1 ciclo. Os resultados quantitativos mostraram que a exodontia apresentou maior redução proporcional nos municípios que tiveram participantes em três ciclos em comparação com os que não acompanharam nenhum ciclo. Conclui-se que o Curso de Qualificação da Gestão do SUS em saúde bucal difundiu-se no Estado do Paraná, pela elevada adesão de municípios. Nossos resultados sugerem uma possível contribuição para a melhoria dos indicadores odontológicos, configurando-se um processo inovador em educação profissional com distribuição espacial no Estado do Paraná, reforçando a importância da integração ensino/serviço em benefício da população.

Descritores: Indicadores Básicos de Saúde. Difusão de Inovação. Odontologia.

FORMAÇÃO EM ODONTOLOGIA NO [E PARA O] SUS: ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS

MARIA EDUARDA FERREIRA DE ANDRADE
LUCIANE MARIA PILOTTO

RESUMO

O perfil do acadêmico de Odontologia vem se modificando ao longo do tempo de modo a torná-lo mais ajustado às exigências do Sistema Único de Saúde (SUS), seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que preconizam que parte da formação profissional deve ser no (e para o) SUS cujo cenário de atuação profissional visa a integralidade do cuidado e a interprofissionalidade. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) destina 930 horas em estágios curriculares no SUS em Unidades de Saúde de Atenção Básica e Secundária na cidade de Porto Alegre e na região metropolitana. O objetivo deste trabalho é relatar os desafios da formação em Odontologia no/para o SUS através das percepções de uma preceptora/trabalhadora e uma tutora/docente durante o acompanhamento do Estágio Curricular Obrigatório I do curso de Odontologia/UFRGS numa Estratégia de Saúde da Família (ESF). As mudanças na estrutura curricular, em 2005, foram importantes para aumentar e possibilitar aos acadêmicos maior tempo de formação no SUS, aumentando a autoconfiança do estagiário sobre a prática, realizar o trabalho em equipe interprofissional e conhecer a realidade social da comunidade. Apesar disso, ainda permanece um grande desafio para superar o modelo assistencialista e biologicista da formação tradicional. Percebe-se que os estagiários, ao estarem nas unidades de saúde do SUS, deparam-se, com uma realidade paralela com as que vivem ou que têm contato durante a graduação. Tanto pela diferença social encontrada quanto pelas diferentes tecnologias utilizadas no trabalho. Outro desafio importante para a formação é enfrentar o modelo atual de trabalho no SUS com a recente privatização da atenção básica em Porto Alegre, somado às mudanças na Política Nacional da Atenção Básica e ao novo modelo de financiamento. A nova forma de transferir recursos financeiros, alinhada ao capitalismo, com pagamento por captação ponderada e por desempenho com prioridade em atingir metas, tem levado as equipes de saúde trabalharem com foco no cadastramento de pessoas e a cumprirem métricas para receber os recursos em detrimento do cuidado em saúde. Isto tem fragilizado as relações trabalhistas fazendo com que ocorra grande rotatividade profissional, não havendo criação de vínculo entre profissionais ou com a comunidade e os estagiários têm dificuldade para entender a importância desta relação para o cuidado. Ainda, as redes de atenção à saúde e ensino em saúde bucal encontram-se limitadas e com a necessidade de avanços nas discussões sobre o papel, atribuições e institucionalizações dos preceptores/trabalhadores e dos tutores/docentes quanto às incompreensões, ainda persistentes, a respeito dos estágios, tanto na instituição de ensino superior como na gestão e nos serviços do SUS. Apesar destes desafios, os estagiários, preceptores e tutores precisam discutir este discurso hegemônico da clínica liberal-privatista que não serve para o sistema de saúde pensado em 1988 e nem para a reorientação da formação do cirurgião-dentista para sua atuação no e para o SUS, sistema ao qual deve ser pensado e discutido na esfera pública com a participação social, de trabalhadores e gestores públicos.

Descritores: Ensino. Extensão. Educação. Estágio. Atenção Primária à Saúde. Saúde Bucal.

DIRETRIZES PARA REORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL NO SISTEMA PRISIONAL

MAURÍCIO FERNANDO NUNES TEIXEIRA
JÉSSICA MENDES CRUZ
HELENA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA
EDUARDO DICKIE CASTILHOS
OTÁVIO PEREIRA D'ÁVILA

RESUMO

A saúde prisional, como parte da APS, deveria seguir seus princípios, garantindo ações que visem a manutenção da saúde, prevenção e tratamento de doenças, bem como a continuidade no atendimento e acesso a especialidades, de forma integral. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) foi criada em 2014 para assegurar o acesso aos serviços de atendimento à saúde. O objetivo dessa pesquisa é conhecer a realidade dos serviços odontológicos e elaborar recomendações estratégicas para melhorar o acesso à saúde bucal no Sistema Penitenciário Brasileiro. O estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas sob o número 48095321.0.0000.5318. A pesquisa apresenta metodologia qualitativa com amostragem por conveniência. Foram selecionados dentistas com experiência na área de atendimento odontológico prisional, coordenadores de saúde prisional, gestores de saúde pública prisional e agentes penitenciários para compor os participantes da pesquisa. O estudo foi desenvolvido em duas etapas. A primeira etapa foi realizada a partir de dois questionários abertos (um direcionado a dentistas e outro direcionado aos demais profissionais) baseados no documento *Primary Care Evaluation Tool* (PCET), elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Quanto ao tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para categorizar as respostas em unidades de texto agrupadas por similaridade. Em seguida, as propostas consolidadas foram contrastadas e compiladas em uma lista. Os resultados apresentaram questões relacionadas ao Acesso ao Tratamento Odontológico, à Coordenação do Cuidado, Longitudinalidade e Integralidade e à Rotatividade de Profissionais, Vínculo e Perfil profissional. Na segunda etapa do estudo, a lista de 31 propostas construídas nas dimensões elencadas pelo PCET, foi submetida aos participantes para validação e definição de prioridades usando a metodologia Delphi para construção de consenso. Apenas duas delas não atingiram o parâmetro mínimo exigido (80% de concordância). Dos 12 profissionais convidados, 8 participaram da primeira etapa e 7 da segunda. As diretrizes construídas visam atingir as diversas questões organizacionais e contribuir para que a partir dos dados obtidos, gestores, coordenadores e profissionais de saúde, possam planejar e executar ações efetivas que melhorem o acesso, longitudinalidade, integralidade, gestão e avaliação dos serviços de saúde bucal nas penitenciárias brasileiras. Nesse estudo foi possível observar que ainda persiste uma pobre estruturação dos serviços de saúde bucal vinculados à PNAISP com acesso quase inexistente e baseado em relações pessoais, cuidado fragmentado e sem coordenação, com uma oferta limitada inclusive de opções de autocuidado e manutenção de condições de saúde bucal. Tais achados são reflexo de uma postura do Estado que prioriza ações punitivas, não educativas e até violentas aos privados de liberdade, o que pode ter refletido em um sistema pouco preocupado em inserir políticas públicas de ressocialização. Baseado nisso, propor um conjunto de recomendações/diretrizes estruturantes é fundamental para que políticas públicas possam ser desenvolvidas para qualificar a oferta desses serviços, melhorar as condições de saúde e as possibilidades de ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

Descritores: Saúde Pública. Saúde Bucal. Prisioneiros.

INTERNATO DA FAO-UFMG: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

NAJARA BARBOSA DA ROCHA
ANDRÉA CLEMENTE PALMIER
CARLOS JOSÉ DE PAULA SILVA
JOÃO HENRIQUE LARA DO AMARAL
MARIA INÊS BARREIROS SENNA
RAFAELA DA SILVEIRA PINTO

RESUMO

O Internato (Estágio em Saúde Coletiva) do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) iniciou em 2000 em Centros de Saúde em Belo Horizonte/MG e municípios do interior de Minas Gerais (MG), objetivando possibilitar ao estudante uma vivência no Sistema Único de Saúde (SUS), com aproximação com realidade socioeconômica e cultural da população e dos serviços de saúde local. A pandemia da COVID-19 trouxe desafios para o ensino com necessidade de adaptação rápida dos cursos de graduação. Este trabalho objetivou relatar a experiência de adaptação do Internato da Faculdade de Odontologia (FAO) em tempos de pandemia da COVID-19. O ensino presencial na UFMG foi interrompido em 18/03/2020 e o ensino remoto emergencial ocorreu em 03/08/2020. Em outubro de 2020, a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte (SMSA/BH) autorizou o retorno das atividades dos Estágios Curriculares Obrigatórios, que incluía o Internato. A SMSA/BH elaborou um protocolo estabelecendo as diretrizes para retorno das atividades de estágio curricular obrigatório nos equipamentos da sua rede de serviços, de forma a minimizar os riscos de transmissão da COVID-19. O Internato foi ofertado em janeiro de 2021 apenas em BH, com carga horária presencial reduzida, sem atendimento odontológico, com a realização de atividades restritas às propostas no protocolo. As atividades autorizadas foram: apoio às equipes de saúde bucal, com discussão de protocolos, organização de prontuários, realização de busca ativa para pacientes de risco com tratamento interrompido, auditoria da produção de procedimentos em saúde bucal e participação crítica em uma proposta de organização da rede de saúde bucal. O ensino remoto oportunizou a educação interprofissional para a prática colaborativa por meio da discussão de casos com estudantes e docentes de outras áreas da saúde. As atividades nos municípios do interior de MG foram suspensas. O ensino remoto oportunizou a educação interprofissional para a prática colaborativa por meio da discussão de casos com outras áreas da saúde. Plataformas digitais foram utilizadas para reuniões síncronas e o ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) da disciplina aprimorado. Os acadêmicos relataram a importância do retorno neste formato para conclusão da graduação e os estudos dirigidos foram muito ricos para a aprendizagem, mas que gostariam de ter realizado o atendimento clínico. O internato ocorreu neste formato por dois semestres e no primeiro semestre de 2022 foi possível retornar o Internato no formato anterior à pandemia com atendimento clínico odontológico e em campos de estágios no interior de MG, com novos convênios celebrados. O Internato, durante a pandemia, evidenciou que cirurgião-dentista é um profissional da saúde que faz parte da equipe interprofissional e pode atuar em diferentes frentes de trabalho, além do consultório odontológico. Os objetivos educacionais propostos com o ensino híbrido foram alcançados. Entretanto, houve perdas em relação ao potencial para a aprendizagem oferecido pelo Internato.

Descritores: Odontologia. Ensino Superior. Internato e Residência.

REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA: ENSINO DE ENDODONTIA EM DENTES DECÍDUOS

NICOLAS OLIVEIRA DUARTE
MARIANE SALETE ALVES DOMINGUES
PATRÍCIA OSÓRIO GUERREIRO
LUÍSA JARDIM CORRÊA DE OLIVEIRA
GABRIELA NEUMANN PINTO
HENRIQUE TIMM VIEIRA

RESUMO

A educação baseada em simulação é bastante utilizada na odontologia constituindo uma oportunidade promissora para a atualização e compartilhamento de conhecimento, com um impacto positivo na aprendizagem. Estudos recentes apontam que as tecnologias virtuais mostraram melhora significativa nos resultados educacionais e são percebidas positivamente pelos alunos. A Realidade Virtual (RV) é uma tecnologia que gera imagens altamente realistas em um mundo fechado, como a tela do computador. A realidade aumentada (RA) é uma tecnologia que integra o mundo real com o virtual, possibilitando a combinação de objetos reais e virtuais no ambiente real, interagindo simultaneamente entre si. O ensino da Odontologia é uma combinação de teoria, treinamento laboratorial e prática clínica. Nas disciplinas de Odontopediatria, a complexidade do treinamento aumenta devido às características do paciente infantil tornando ainda mais relevante o uso de tecnologias para as atividades pré-clínicas. O presente trabalho relata o uso de RV e RA para o ensino de endodontia em dentes decíduos para os alunos do sétimo semestre do Curso de Odontologia da Universidade Católica de Pelotas. Como forma de aprimorar o estudo e o treinamento dos alunos que cursam a disciplina de Clínica infantil I, elaborou-se uma atividade pré-clínica sobre tratamento endodôntico de dentes decíduos. Nesta atividade, utiliza-se smartphone, cubos com QR-Code e modelos impressos (molar superior decíduo composto por 3 raízes e 3 condutos para a realização do estudo anatômico do dente, abertura coronária, preparo biomecânico, preenchimento radicular e restauração). Através de uma tomografia computadorizada de uma criança, em fase de dentição decídua, gerou-se um arquivo tridimensional que foi importado para o software M3 Desk da empresa P3MED (Porto Alegre), e obteve-se a confecção de biomodelos por impressão 3D. Os alunos receberam os modelos impressos e acesso ao aplicativo para smartphone M3DMIX. Previamente à aula prática, os alunos realizaram atividade preparatória de forma remota e assíncrona seguindo roteiro desenvolvido pela professora da disciplina com uso do projeto em RV. Na aula pré-clínica de endodontia em dentes decíduos propriamente dita, os alunos realizaram todas as etapas do tratamento endodôntico através da execução e treinamento no modelo físico com a interação da RA. A formação de cirurgiões-dentistas exige o desenvolvimento de competências para integração de conhecimentos, habilidades e atitudes possibilitando a realização de tarefas profissionais com segurança e ética. O uso de RV e RA através do aplicativo M3DMIX pode ser um método de ensino viável dentro das disciplinas de Odontopediatria, desde que utilizado como um método de ensino complementar. Por se ter poucos trabalhos avaliando o uso de RV e RA dentro da Odontologia, sugere-se que estudos sejam realizados para confirmação da efetividade do método.

Descritores: Odontologia. Realidade Aumentada. Realidade Virtual.

SISTEMA DE GESTÃO DE ESTÁGIO: PLATAFORMA PARA O ACOMPANHAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO CURSO DE ODONTOLOGIA PUC MINAS

EVANILDE MARIA MARTINS
CRISTIANA LEITE CARVALHO
RENATO CESAR FERREIRA
VÂNIA ELOISA DE ARAUJO SILVA
CARMEN REGINA DOS SANTOS PEREIRA
GISELE MACEDO DA SILVA BONFANTE

RESUMO

As DCNs estabelecem um percentual mínimo de 20% de carga horária do curso de Odontologia para realização de atividades de estágios curriculares supervisionados nos serviços de saúde. Os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios do Departamento de Odontologia da PUC Minas acontecem na rede de serviços de saúde bucal do SUS com uma abrangência territorial que envolve três municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. São em torno de 300 alunos atuando em dupla nos estabelecimentos de saúde nos diversos níveis de atenção, em seis turnos semanais, em aproximadamente 60 Unidades de Saúde além de hospitais e outras instituições conveniadas. Com o objetivo de manter a qualidade e eficiência dessa estratégia de formação no serviço por meio dos estágios supervisionados, a PUC Minas desenvolveu uma plataforma de gestão de estágio, em funcionamento desde 2010. Esse Sistema de Gestão de Estágio (SGE) possibilita o acompanhamento dos processos pedagógicos e administrativos baseados na legislação que regulamenta as práticas de estágio no país. Trata-se de uma inovação na gestão dos processos de estágio, pois permite o monitoramento das atividades acadêmicas, por meio do cadastro das instituições concedentes, do registro dos planos de trabalho de cada aluno e do recebimento de relatórios diários/semanais que são automaticamente vinculados aos professores orientadores para serem avaliados. Esse sistema emite os termos de compromisso que são assinados pelos alunos e demais envolvidos por meio de certificação digital, além de realizar a gestão dos convênios firmados pela Universidade. Permite, ainda, a produção de relatórios com indicadores de acompanhamento e o tratamento espacial das informações registradas que estão disponíveis para a consulta pela coordenação do curso, coordenadores de estágio assim como, para os professores orientadores. As instituições parceiras têm acesso ao portal de controle de estágio incluindo toda a documentação necessária para a realização dos estágios. Nestes doze anos de funcionamento constatou-se que, além das atividades de monitoramento e avaliação, o uso da plataforma SGE para o curso de Odontologia trouxe diversos benefícios, a saber: transparência das relações entre o curso e as instituições parceiras, qualificação das tomadas de decisão sobre estágio, melhoria das informações para o planejamento das atividades de estágio, obrigatórios e não obrigatórios, maior agilidade e qualidade na geração de indicadores de avaliação do MEC para o curso de Odontologia e a conformação de uma base de dados consistente, que permite o estudo histórico da trajetória individual e coletiva dos alunos incluindo sua produção nos serviços de saúde, bem como estudos prospectivos para inserção dos futuros profissionais no mercado de trabalho.

Descritores: Educação em Odontologia. Sistema de Gestão. Inovação Tecnológica.

ODONTOLOGIA HOSPITALAR: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FRANCINE DO COUTO LIMA MOREIRA
ANDRÉIA DINIZ DIAS
CAMILA ALVES COSTA DE OLIVEIRA
CERISE DE CASTRO CAMPO
VIRGÍLIO MOREIRA RORIZ
NÁDIA DO LAGO COSTA

RESUMO

A Resolução CFO-162, de novembro de 2015, reconheceu o exercício da Odontologia Hospitalar (OH) pelo cirurgião-dentista e a CFO-203, de 21 de maio de 2019, atualizou as orientações sobre cursos de habilitação em OH. O serviço de Odontologia Hospitalar compreende os cuidados com a saúde bucal como determinante na melhoria da saúde e na qualidade de vida dos pacientes atendidos, fato que exige do cirurgião-dentista, intervenções odontológicas de alta complexidade, voltadas ao diagnóstico de lesões bucais e a execução de procedimentos clínicos e emergenciais no manejo de pacientes que requerem cuidados especiais, seja em domicílio, ambulatório e nos leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e Enfermarias. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência e vivência da Odontologia Hospitalar na Faculdade de Odontologia (FO) da Universidade Federal de Goiás (UFG) na tríade ensino, pesquisa e extensão. Os alunos de graduação têm a disciplina optativa de Odontologia Hospitalar, na qual realizam atendimentos ambulatoriais de pacientes sistemicamente comprometidos, encaminhados de outras disciplinas clínicas da FO e de hospitais públicos da cidade de Goiânia. Estes alunos também acompanham os professores ao Hospital das Clínicas (HC) da UFG, para visitas e realização de atendimentos nos leitos das enfermarias ou da UTI. Além disso, auxiliam em atendimentos domiciliares e hospitalares sob anestesia geral. Várias pesquisas com pacientes sistemicamente comprometidos vêm sendo realizadas há alguns anos pelos membros da equipe de docentes e pós-graduandos, mas ganhou forças durante a pandemia da COVID-19, momento no qual atuaram no HC-UFG e nos hospitais de campanha, resultando em publicações de peso e trabalhos premiados em vários congressos, evidenciando a importância da saúde bucal e do cirurgião-dentista na equipe multidisciplinar que assiste o paciente no leito. Na extensão, os participantes recebem embasamento teórico e, posteriormente, oportunidade de prática do conhecimento por meio de atendimento odontológico de pacientes residentes em instituições de longa permanência, encaminhados para atendimento ambulatorial e internados nas enfermarias e UTI do HC-UFG e pacientes do serviço de onco-hematologia e cabeça e pescoço do Hospital Araújo Jorge, referência nacional no tratamento de pacientes oncológicos. Os cirurgiões-dentistas que não são habilitados em OH têm a oportunidade de realizar a habilitação; os cirurgiões-dentistas já habilitados têm a oportunidade de atualizar seus conhecimentos e adquirir experiência prática; os alunos de graduação do curso de Odontologia têm a oportunidade de vivenciar a experiência da atuação em ambiente hospitalar e domiciliar e de executar projetos de iniciação científica; os alunos da pós-graduação têm a oportunidade de se habilitar, atualizar seus conhecimentos e realizar pesquisas. A vivência da OH na FO-UFG passa pela tríade ensino, pesquisa e extensão, o que permite que os participantes adquiram conhecimento teórico e prático e desenvolvam habilidades para assegurar a prática profissional da OH, de forma ampla e segura, além de promover saúde bucal aos pacientes sistemicamente comprometidos em ambiente domiciliar, ambulatorial e hospitalar.

Descritores: Odontologia. Equipe Hospitalar de Odontologia. Assistência Domiciliar.

SALA DE AULA INVERTIDA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: DESAFIO E APRENDIZADOS

LARISSA DAUERNHEIMER
CLÁUDIA NICE BACH
LUANA COMPAGNONI
MARIA EDUARDA SILVA THOMAZ DE AQUINO
LUIZ ALEXANDRE CHISINI
ALESSANDRO MENNA ALVES

RESUMO

A pandemia do coronavírus 2019 (COVID-19) começou em Wuhan – China – em dezembro de 2019 e afetou rapidamente a maioria dos países do mundo. Ela provocou mudanças no ensino, principalmente na odontologia, considerando o número significativo de atividades práticas e a ampla gama de habilidades que precisam ser desenvolvidas. Dessa forma, seguindo recomendações globais, as atividades de ensino teóricas e práticas presenciais foram suspensas por longos períodos. Esse cenário exigiu o desenvolvimento de abordagens de aprendizagem alternativas para minimizar as perdas no processo de ensino e aprendizagem, bem como para dar continuidade à formação dos estudantes de odontologia em um novo ambiente. Desta forma, o presente estudo tem o objetivo de descrever e discutir a estratégia de ensino de sala de aula invertida utilizada durante o período inicial da pandemia de COVID-19. A Sala de Aula Invertida foi escolhida como metodologia central para a realização das atividades de ensino no sexto módulo de um curso de odontologia. Neste contexto, os alunos assistiam às aulas previamente gravadas pelo professor responsável e realizavam anotações. Os encontros virtuais foram realizados de forma síncrona pelo Google Meet (<https://meet.google.com>); inicialmente, os alunos apresentaram suas dúvidas em relação ao conteúdo do vídeo. Sempre que possível, os alunos eram estimulados a responder às dúvidas dos colegas e, assim, os professores complementavam suas respostas. Atividades complementares variaram de estudos dirigidos, mapas conceituais, estudos de caso - dependendo dos objetivos instrucionais de cada atividade. Assim, apesar das mudanças no formato das aulas, a presente abordagem estimulou os alunos a manterem a alta frequência nas atividades (quase 100% de presença) com alto nível de desempenho acadêmico considerando todas as avaliações (média de 8,4, desvio padrão $\pm 0,5$). Um dos principais problemas enfrentados foi a instabilidade da conexão com a internet de alguns estudantes. No entanto, a sala de aula invertida mostrou-se uma ferramenta interessante, pois tais alunos puderam assistir aos vídeos em outros momentos. Essa foi uma das principais vantagens apontadas pelos Estudantes. Registros de vídeo mostram que todos os alunos assistiram pelo menos uma vez ao conteúdo de cada vídeo (média de 2 vezes; desvio padrão de $\pm 0,7$). No entanto, não temos registro do tempo médio gasto assistindo as atividades. Assim, apesar das mudanças no formato das aulas, nossas abordagens estimularam os alunos a manterem a alta frequência dos alunos nas atividades, proporcionando continuidade das atividades. Este estudo pode reforçar que a aprendizagem significativa pode ser mantida usando uma abordagem virtual/remoto. No entanto, os potenciais resultados positivos observados não podem ser usados como desculpa para manter as atividades de ensino remoto com o objetivo de redução de custos por parte das instituições.

Descritores: Ensino. Aprendizagem. Relatos de Casos.